

DOSSIÊ

JORNALISMO E A FABULAÇÃO DO OUTRO:

como a invisibilização da lusofonia
no Brasil revela o apagar identitário
entre Nós

Copyright © 2017
SBPjor / Associação
Brasileira de Pesquisadores em Jornalismo

JOSÉ CRISTIAN GÓES

Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte – MG, Brasil

ORCID: 0000-0002-4862-3552

ELTON ANTUNES

Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte – MG, Brasil

ORCID: 0000-0002-5265-6584

DOI: <http://dx.doi.org/10.25200/BJR.v13n3.2017.993>

RESUMO - A Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) completou duas décadas. Como o Brasil é a maior nação lusófona, nosso objetivo foi investigar como a *Folha de S.Paulo* e *O Globo* noticiaram essa comunidade em seus 20 anos. A constatação inicial é da ampla invisibilização da lusofonia no Brasil. Ao escavar as poucas notícias desse longo período, percebemos indícios históricos e identitários na opção por tornar invisível essa comunidade no Brasil. Isso nos obrigou a refletir sobre identidades, globalização e comunidade. No centro dessa discussão, a fabulação sobre o *Outro*, que em relação a CPLP é majoritariamente negro e africano. Dos nove países lusófonos, seis são da África. Sugerimos que a invisibilização da lusofonia no Brasil passa pela tentativa de apagar os laços identitários entre Nós, povos dessa comunidade.

Palavras-chave: Jornalismo; Lusofonia; CPLP; Identidades; Globalização

PERIODISMO Y FABULACIÓN DEL OUTRO: Como la invisibilización de la lusofonía en Brasil revela el borrar identitario entre nosotros

RESUMEN - La Comunidad de Países de Lengua Portuguesa (CPLP) ha completado dos décadas. Como Brasil es el mayor país de esta comunidad, nuestro objetivo era investigar cómo la *Folha de S.Paulo* y *O Globo* informó duante este largo período. El hallazgo inicial es la invisibilidad amplia del lusofonia en Brasil. Mientras que la excavación de las pocas noticias, vemos evidencia histórica y de la identidad en la elección de invisibilizar esta comunidad en Brasil. Esto nos obliga a reflexionar sobre la identidad, la globalización y la comunidad. En el centro de esta discusión, la fábula sobre el *Otro*, que por CPLP es sobre todo negro y africano. De los nueve países de habla portuguesa, seis se encuentran en África. Sugerimos que la invisibilidad del habla portuguesa en Brasil implica el intento de borrar los lazos de identidad entre Nosotros, la gente de esta comunidad.

Palabras clave: Periodismo; Lusofonia; CPLP; Identidades; Globalización.

**JOURNALISM AND THE TALE OF THE OTHER:
the invisibility of lusophones in Brazil and the identity
erasure between Us**

ABSTRACT - The Community of Portuguese Language Countries (CPLP) has completed two decades of existence. Since Brazil is the largest Portuguese-speaking nation, our objective was to investigate how *Folha de S.Paulo* and *O Globo* have been reporting on this community over its 20-year history. Initial findings reveal a widespread invisibility of lusophones in Brazil. Scouring through the news reports over this short period, we found some hints that might have contributed to the invisibility of this community in Brazil. We then had to reflect on identities, globalization and community. At the center of this discussion, the fabulation over of the *Other*, who, in the CPLP, mostly come from black and African descent. Six of the nine Lusophone countries are from Africa. We suggest that the invisibility of lusophony in Brazil is erasing the identity between us, the people of this community.

Key words: Journalism; Lusophony; CPLP; Identities; Globalization.

1. Introdução

Em 17 de julho de 2016, a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) completou 20 anos. Ela é constituída por nove nações em que o português é o idioma oficial: Angola, Cabo Verde, Guiné Bissau, Guiné Equatorial, Moçambique e São Tomé e Príncipe, na África; Brasil, na América do Sul; Timor Leste, na Ásia; e Portugal, na Europa. A CPLP não é a única entidade que agrega toda comunidade lusófona, e nem abriga os mais de 250 milhões falantes em português espalhados pelo mundo. Entretanto, ela é considerada a mais significativa expressão política da lusofonia.

Ao aproveitar a lembrança das duas décadas da CPLP e ao constatar que o Brasil é a maior nação lusófona, investigamos como segmentos do jornalismo brasileiro noticiaram essa comunidade nesse período. Para essa tarefa, observamos a cobertura de dois grandes jornais brasileiros: *Folha de S.Paulo* e *O Globo*. O primeiro, com sede em São Paulo, é líder em circulação nacional, conforme o Instituto Verificador de Circulação (IVC). Em 2016, a *Folha* fez circular 309,7 mil exemplares diários em média. *O Globo*, localizado no Rio de Janeiro, tem a segunda maior tiragem do país, com uma média/dia de 291,5 mil exemplares. Os dois apresentam ampla cobertura de temáticas nacionais e internacionais e podem ser enquadrados

naquilo que descritivamente a literatura se refere como jornais de referência (Zamin, 2014), seja por seu apelo como mediador simbólico de destaque, por seu papel de ator político-social, ou por sua condição de agente econômico. Importa salientar, contudo, que a própria ideia de referência funciona como um dos mecanismos de fixação dos dois jornais como lugares socialmente autorizados a propor regimes de visibilização, dimensão que nos interessa neste artigo.

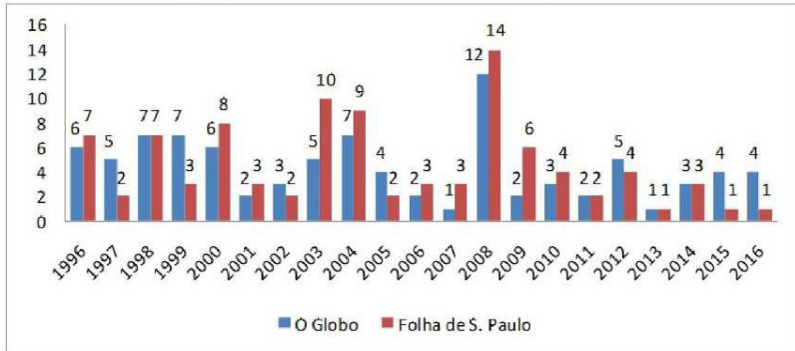
Do ponto de vista metodológico, para saber como a lusofonia foi noticiada, utilizamos os acervos digitais desses jornais para ter acesso às suas edições impressas. Aplicamos duas análises combinadas: a de conteúdo, que permitiu organizar nossa observação do material e dar conta de recorrências dessa temática no âmbito dos jornais, e a histórica, em que recorremos à *Micro-História* ao considerar os *rastros* (Ginzburg, 2007) e que nos permitiriam fazer inferências mais amplas acerca do modo como a lusofonia alcança estatuto de visibilidade no noticiário. Como uma das primeiras ações, definimos as seguintes palavras-chave: Lusofonia, CPLP, Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, Países Lusófonos e Nações Lusófonas. Ainda que os laços entre os países ocorram em diferentes dimensões da existência cotidiana – eventos referentes a processos migratórios, racismo, memória, cultura etc. – e possam merecer diferentes modos de serem reportados nos jornais, interessam-nos a referência específica à CPLP, uma entidade transnacional e que se intitula de comunidade. Além disso, a expressão “lusofonia” é uma espécie de alegação que tenta entrelaçar os povos dos países que têm a língua portuguesa em comum. Ambas seriam manifestações explícitas para o sentido de uma comunidade lusófona.

As notícias, as entrevistas e os editoriais em que essas palavras foram o tema-chave e articuladoras dos argumentos centrais do relato tiveram o agrupamento como *registros*. Como o objetivo era distinguir a *fala da instituição jornal* sobre o tema assim recortado, excluímos as pequenas notas de colunistas e os artigos identificados como “de opinião”. Sobre o período pesquisado, ele foi de 1º de janeiro de 1996, seis meses antes da criação da CPLP, até 31 de dezembro de 2016, seis meses depois do “aniversário” dessa entidade.

O resultado comparativo dessa sondagem apontou somente 95 *registros* na *Folha de S.Paulo* e 91 em *O Globo* (Quadro 1) em 20 anos da CPLP. Em média, foram apenas 4,7 notícias por ano na *Folha de S.Paulo* e 4,5 em *O Globo*¹. Esse quadro também revela que a incidência dos temas da CPLP tem um volume reduzido – quase

imperceptível – muito próximo nos dois jornais. Se hipoteticamente tomássemos como referência a publicação de cada uma dessas notícias sobre os temas da CPLP em dias diferentes, aproximadamente apenas 1,2 % das edições da *Folha* e de *O Globo* teriam noticiado o assunto ao longo desses 20 anos.

Quadro 1 – Registros sobre a lusofonia na *Folha de S.Paulo* e *O Globo*.



Fonte: Elaborado pelos autores.

De maneira geral, os poucos registros trataram de viagens dos presidentes brasileiros aos países da CPLP e do polêmico acordo ortográfico entre essas nações. Em 2008, por exemplo, em que se verifica uma incidência maior de registros nos dois jornais, foi o ano da assinatura desse acordo, o que gerou notícias a mais que a média anual. Entretanto, a notícia cotidiana sobre a CPLP na *Folha de S.Paulo* e em *O Globo* não existiu. Os registros foram tão poucos que ficaram diluídos em meio ao grande volume de edições dos jornais em duas décadas. Nem institucionalmente essa comunidade pareceu ter condições de se fazer lembrar. Trata-se de um volume de notícias muito pequeno que assim dificilmente os leitores teriam condições de produzir qualquer referência sobre uma comunidade à qual supostamente pertencem.

Todavia, a utilização de um nome como “comunidade” para reunir países de língua portuguesa não é uma mera ação de retórica. As relações que são estabelecidas para que eles se reconheçam não podem ser superficiais. E, de fato, não são. Entre os povos lusófonos existem intrincadas amarrações históricas que permitem suscitar sentimentos de pertença, de diferença, mas não de indiferença. Nos países da CPLP, há uma meada de fios constituída de passado

e presente que os entrelaça decisivamente e que retoma o processo de expansão do império português no século XV, resultando nas colônias na África, na Ásia e na América. Por força da língua, da cultura, da mistura, dos trânsitos entre as colônias e entre as colônias e a metrópole, tem-se alguma ideia de um tipo de comunidade identitária. Nela, o Brasil aparece como lugar privilegiado em razão da presença dos portugueses e de outros europeus, das resistências e dos extermínios dos índios, do violento trabalho escravo dos negros arrancados das colônias portuguesas na África, e dos vários troncos de mestiços que juntos nos constituem como “povo”.

Para além das intensas relações históricas e identitárias que resultaram em *Nós Mesmos*, do ponto de vista institucional, o Brasil foi um dos principais articuladores para criação da CPLP. Além disso, o governo brasileiro esteve no comando dessa entidade entre os anos 2001 a 2002, uma institucionalidade também materializada em encontros, assinatura de acordos e convênios, e missões diplomáticas.

A constatação de que a lusofonia e a CPLP estiveram invisíveis nos dois principais jornais brasileiros nos encaminha para problematizações: O que há na lusofonia que não permitiu o seu interesse pelos jornais? Por que essa comunidade não foi vista? Quais fenômenos atravessam e constituem essa invisibilização? O que diz de nossas relações identitárias essa ausência da CPLP? Ou seja, o que estaria visível e invisível no jornalismo sobre essa comunidade no Brasil?

Nos últimos três anos, buscamos refletir sobre as possíveis respostas para essas e outras questões. Aqui avançamos nas formulações ao sugerir que essa invisibilização, configurada pelos jornais, tem relação política com os modos de lidar com aspectos identitários e de fabulação do *Outro*. Se os dados iniciais já denunciam uma “ausência presente”, contudo, essa investigação lança-se também para analisar as poucas notícias desse período onde podemos indiciar as tramas entre o jornalismo e aquilo que chamamos de modos de pagamento do *Outro*.

2. A fabricação identitária do *Outro*

Iniciemos o percurso tratando das identidades. Sobre elas existem diversas formulações na Antropologia, Educação, Psicologia. Neste trabalho, propomos percebê-las a partir da Cultura e História, acolhendo posições dos *Estudos Culturais*, que as compreendem

como processos em contínua revisão, provisórias, sempre “sob rasuras”, nas expressões de Hall (2006, p. 8). Assim, construções políticas a emergir como experiências vivas, e não como algo natural e definitivo, as identidades são *fluxos* movidos pela constante relação de forças, que buscam configurar tradições e garantir a ilusória imobilidade dos sujeitos, mas são obrigadas a conviver com latentes ações de ruptura. Reforçamos que, como lugar de experiências, identidades e jornalismo compõem campos móveis entrecortados por inúmeras teias de sentidos e por emaranhados de significações.

A *identidade* tem raiz etimológica no grego *idem* e, na versão latina, ganhou a expressão *identitas*, que é o *Mesmo*, a *permanência em si*. Entretanto, ao convocá-la a partir da Modernidade para dar sentido aos *Mesmos* de uma nação, ela passou a ser utilizada para construir o *Outro*, na medida em que *Ele* delimita o *Eu*. Assim, por meio das identidades fabulamos sobre a *Diferença* que será, na grande maioria das vezes, algo ameaçador, o inimigo a ser combatido e afastado de *Nós*. Todavia, quem, de fato, é o *Outro*? Onde estão suas diferenças que nos apartam *Dele*?

Antes do alvorecer da Era Moderna, a vida apoiava-se nos designios divinos, no controle teocrático das pessoas e de suas vidas. O indivíduo não existia como *Sujeito* de sua história. Com a Modernidade, em fins do século XV, iniciou-se um gradual rompimento com as estruturas centrais do poder e que resultou na *descoberta do Ser*.

A Reforma e o Protestantismo, que libertaram a consciência individual das instituições religiosas da Igreja e a expuseram diretamente aos olhos de Deus; o Humanismo Renascentista, que colocou o Homem (*sic*) no centro do universo; as revoluções científicas, que conferiram ao Homem a faculdade e as capacidades para inquirir, investigar e decifrar os mistérios da Natureza; e o Iluminismo, centrado na imagem do Homem racional, científico, libertado do dogma e da intolerância, e diante do qual se estendia a totalidade da história humana, para ser compreendida e dominada (Hall, 2006, p. 26).

Sousa Santos (1994, p. 32) nos lembra que a Modernidade nasce *com* e *das* identidades, com o surgimento do *Indivíduo*, o que confirma o “colapso da cosmovisão teocrática medieval”. Com a redução do poder celestial sobre a vida terrena, a Era Moderna fabricará a identidade para orientar, dar direção a um sujeito que surgia em um mundo cada vez mais complexo. O homem passa a ter uma marca determinada antes do seu nascimento. Seus vínculos não serão somente divinos, mas girarão em torno do

seu círculo familiar e da terra onde nasceu. Tem-se aí uma chave política para consolidar a nacionalidade e a nação, constituindo, segundo Said (2011, p. 28), no “núcleo do pensamento cultural na era do imperialismo”. A nação surge, então, como uma grande mãe a abrigar os indivíduos, reunindo-os em segurança sob os seus domínios. Em contrapartida, exige deles fidelidade e ação contra o inimigo, o de fora, o bárbaro, o *Outro*.

Desde 1882, Renan (2006) afirmava que as nações eram como princípios sobrenaturais, “uma família espiritual, não um grupo determinado pela configuração do solo” (Renan, 2006, p. 18). Elas são o plebiscito de todos os dias, mas para realizar-se nem a política e nem os exércitos sozinhos davam conta dessa tarefa. A solução foi reforçar as fabulações em torno das identidades, buscando algo mais místico para produzir maior lealdade dos indivíduos. Surge, dessa forma, o *patriotismo* que possibilitará às elites exigir adesão incondicional do povo a um projeto político e econômico.

O patriotismo é um elemento importante nas identidades nacionais porque reforça o *Outro* e mobiliza o *Nós* contra *Eles*. Hobsbawm (1990) nos diz que o patriotismo é uma “religião cívica” em que o Estado e as classes dominantes colocam em um mesmo patamar o amor pela nação e o ódio contra o *Outro*, o eterno inimigo da *pátria*. Lembra-nos Chauí (2013) que patriotismo vem do latim *pater*, “pai”, mas quando foi associado às identidades no Direito Romano passou a significar “senhor”, proprietário das terras e dos *bens* que nelas existiam, inclusive das pessoas. Os bens do *pater* formavam o *patrimonium*. No fundo, *Aquele* que não tinha terra, o patrimônio era o *Outro*. Ou seja, a fabulação em torno do *Outro* já abriga uma ideia de classe social. Por isso, sugerimos superar uma concepção de que o *Outro* estava tão somente fora das fronteiras geográficas. Essa *Diferença* incômoda também estava dentro, sem terra, sem bens, formando uma massa de gente permanentemente perigosa que ameaça o *patrimônio*, o *pater*, a pátria.

Entendemos o patriotismo como o ápice da convocação identitária para garantir a ideia de pertencimento e diferenciação, a partir da fabulação do *Outro*. Bauman (2005, p. 89) diz que uma das marcas da Modernidade foi buscar constantes inimigos públicos para que *Neles* possamos “descarregar o ódio acumulado, o pânico moral e os acessos de paranoia coletiva”. Será contra essa *Diferença* em visibilização pelos *media* que *Nós*, os “indivíduos fragmentados”, zelosos pela privacidade e temerosos com a

ameaça ao patrimônio podemos nos unir contra o *Outro* (Bauman, 2005). Assim, a ilusão sobre *Ele* tem força de mobilização, controle, integração e disciplina social.

Essa reflexão é importante porque nos aproxima da constituição identitária no Brasil e de nossa relação com o *Outro*. Vale lembrar que a partir do século XIV, com o declínio do Feudalismo, os nobres europeus viram aumentar a eclosão de aglomerados urbanos em torno dos seus castelos. Nesse ambiente, crescia a influência política e econômica dos comerciantes. Lembra Faoro (1979) que, com receio de perder o controle, a saída encontrada pela nobreza foi implantar o Estado absoluto, mas com algum espaço para que parte da burguesia conduzisse seus negócios. Esse arranjo político e econômico fortaleceu as nações e um dos resultados foi a montagem de uma estrutura a explorar o mundo novo, dando início a uma longa jornada imperial-colonialista.

Para as explorações mercantis foram mobilizadas *gentes* que se entendiam como excesso na Europa, o que exigiu a ação ideológica de transformar os saques e as pilhagens em narrativas de conquista, aventura, descoberta, missão religiosa e civilizatória. A parte central nesse processo foi imaginar o *Outro* como *coisa* selvagem, mas que, escravizada (civilizada) renderia uma alma fiel e grandes lucros na lógica mercantil. Afirma Bhabha (1998, p. 111) que era da lógica colonial produzir os “tipos degenerados com base na origem racial de modo a justificar a conquista e estabelecer sistemas de administração e instrução”. Se os índios, negros, mestiços resistissem ao “projeto civilizatório” seriam eliminados nas “guerras justas e santas”.

É aqui que Angola, Cabo Verde, Guiné Bissau, Guiné Equatorial, Moçambique, São Tomé e Príncipe, Brasil, e Timor Leste começam a fazer parte do mundo conhecido, entrecruzando-se constitutivamente, o que resultou na imagem do “mundo português”. Ou seja, na base da “comunidade” lusófona que surgia, emergia a violenta fabulação do *Outro*, a comunidade para não ser percebida como comunidade. Em resumo, temos o exercício violento de poder a impedir o reconhecimento identitário *entre Nós Mesmos*, porque esse *Outro* – escravo, depois negro e pobre – será a ameaça permanente *entre Nós*, fora e dentro. Talvez essa condição histórica e identitária assinala parte da invisibilização da lusofonia no Brasil e, por consequência nos dois jornais brasileiros em análise.

3. Jornalismo e o Outro em todos os lugares

Partimos da compreensão de que o jornalismo é um dos modos possíveis da experiência narrativa do mundo e que age mesclando-se, na expressão de Mouillaud (1997, p. 51), a outros “operadores sócio-simbólicos”. Ele propõe um tipo de experiência social, mas não atua sozinho para produzir uma inteligibilidade do mundo. O jornalismo dispara e reforça uma série de marcas de pertença e de diferença identitárias, constituindo-se em “um campo de formatação da cultura que catalisa uma nova esfera pública de informação, entretenimento e debate” (Xavier, 2006, p. 16), mas que, muitas vezes, utiliza de critérios identitários não confessados em seu regime de seleção dos acontecimentos cotidianos. E, na medida em que as identidades são convocadas na experiência narrativa, carregam as fabulações sobre o *Outro*, a *Diferença* que não nos pertence.

Nesse quesito, Lago (2011) e Dionísio (2013) analisam proximidades do Jornalismo com a Antropologia em razão do contato com o *Outro* e da produção das narrativas. Entretanto, Lago chama a atenção para uma diferença central: enquanto a Antropologia justifica a necessidade de apreender, compreender e acolher o *Outro*, o Jornalismo muitas vezes age em sentido oposto, desenvolvendo um olhar para as referências da macroestrutura e as suas fontes. No jornalismo, essa é “uma chave de leitura que desqualifica e torna invisível o *Outro* em sua alteridade plena” (Lago, 2010, p. 174). Para essa autora, o esforço do jornalismo nesse campo deveria ser “descentrar” os olhares construídos sobre as diferenças, tornando-as permeável aos vários ângulos e vivências, isto é, “à possibilidade de ser afetado pelo *Outro*” (Lago, 2010, p. 175).

Ainda que os procedimentos jornalísticos de produção de narrativas não sejam o foco de nossa análise, essa reflexão de Lago (2010) nos encaminha para pensar em termos mais amplos a fabulação identitária em torno do *Outro* na contemporaneidade, com ampla participação dos *media*. Para Giddens (2002), as expansões europeias do século XV lançaram as premissas do que entendemos por mundo global. As ações mercantilistas possibilitaram alargar as fronteiras de maneira tal que o mundo passou a ser imaginado como único. A retórica usada foi política, comunicacional e cultivava a ideia de um modo de agir que atendessem à pilhagem, à produção, o consumo e à livre circulação do capital. Todavia, nesse mundo imaginado sem fronteiras, o *Outro* não desaparece. O efeito da ilusão

global é uma *Diferença* incômoda que está em todos os lugares e, ao mesmo tempo, em lugar nenhum. Também por isso, a globalização deve ser compreendida como a “interseção entre presença e ausência, ao entrelaçamento de eventos e relações sociais ‘à distância’ com contextualidades locais” (Giddens, 2002, p. 27).

Um dos aspectos relevantes da globalização é sua distribuição assimétrica. Esse globo fabricado como esfera uniforme é contestado na vida real em que, incontavelmente, emergem os *centros* e as *periferias* nele. Afirma Said (2011, p. 56) que nações na Ásia, na América Latina, na África parecem até independentes e inseridas na globalização, “mas, sob muitos aspectos, continuam tão dominadas e dependentes quanto eram na época em que viviam governadas diretamente pelas potências europeias”. A assimetria fica mais evidente na medida em que a globalização propaga um mundo único, moderno, sem fronteiras, e as pessoas acreditam e tentam se mover nele em busca de melhores condições de vida. Mais cedo ou mais tarde é incontornável esse encontro e logo se percebe que o *Outro* não é somente *Aquele* geograficamente longe. Nesse ponto, a análise de Hall (2006) é esclarecedora:

Após a Segunda Guerra Mundial, as potências europeias descolonizadoras pensaram que podiam simplesmente cair fora de suas esferas coloniais de influência, deixando as consequências do imperialismo atrás delas. Mas a interdependência global agora atua em ambos os sentidos. O movimento para fora (de mercadorias, de imagens, de estilos ocidentais e de identidades consumistas) tem uma correspondência num enorme movimento de pessoas das periferias para o centro [...]. Impulsionada pela pobreza, pela seca, pela fome, [...] pela dívida externa acumulada de seus governos para com os bancos ocidentais, as pessoas mais pobres do globo, em grande número, acabam por acreditar na “mensagem” do consumismo global e se mudam para os locais de onde vêm os “bens” e onde as chances de sobrevivência são maiores (Hall, 2006, p. 81).

Se por um lado, o processo globalizante faz emergir a sensação da *identidade-mundo*, mais abstrata e pluralizada por identificações frágeis, por outro, seu efeito é a frustração dos indivíduos com as promessas não cumpridas da globalização, afetando centros e periferias, mas de formas diferentes. Em países ricos, reforçam-se grupos que retomam uma retórica das expansões do século XV, das identidades, da nacionalidade, dos *Outros* de fora, mas que estão dentro ou que ameaçam ultrapassar as fronteiras. *Eles* são fabricados como terroristas, o perigo para economia, segurança

e a cultura nacional. Nos países mais ricos, indivíduos e grupos movem-se mais contra essas *Diferenças* do que para definir os seus pertencimentos. Esse é um percurso moral, de ódios e medos, que faz iluminar ilusórias e violentas apartações *entre Nós*. Nessas condições emergem racismos e xenofobias abrigadas em movimentos, grupos e partidos políticos extremistas. Essa discussão nos encaminha para pensar na comunidade.

4. A comunidade e o Outro

Ao discutir as identidades, Anderson (2005, p. 32) revelou que a imprensa teve, a partir do desenvolvimento capitalista, um papel central para a formação da “comunidade imaginada” em que se converteram as nações. Entretanto, com o avanço da globalização e a percepção do fim das fronteiras, como pensar sobre as comunidades? Onde estão? Há espaço para elas? E sobre a CPLP, como ela transita na lógica do mundo complexo e global?

Sobre a comunidade dos países de língua portuguesa é importante salientar que ela foi criada oficialmente em 1996, mas sua formulação teve início desde os processos de expansão do império português. E nesse ponto reside um problema que recebe atenção de muitos pensadores portugueses. Por exemplo, para Lourenço (2001), as ideias em torno da lusofonia, que sustentam a comunidade, são parte de uma ilusão que Portugal criou para manter certa nostalgia imperial. Na prática, foi uma forma inventada para que os portugueses não se sentissem sós no mundo, tendo nas “sete partidas”² um imaginário de controle sobre as suas ex-colônias.

De fato, a ideia de comunidade lusófona tem em sua origem a forte ação do império português. Fundar uma instituição centralizadora do mundo lusófono tinha o objetivo de produzir a história oficial, a narrativa sobre a doce colonização, dizer das trevas que foram iluminadas pelos portugueses, contar sobre a voluntária colaboração dos índios, negros e mestiços com o projeto de civilização, festejar a harmonia entre os povos, a união das três raças. Era obrigação dessa entidade unificadora do mundo lusófono reunir as ex-colônias portuguesas para reencenar sempre o mito do paraíso dos trópicos, a missão civilizatória. Essa ideologia lusotropical foi amplamente abraçada e difundida pelas ditaduras portuguesa e brasileira do século XX, sendo o Brasil um símbolo da grande nação,

do sucesso da empreitada do império português. Com isso, buscava-se produzir uma narrativa que apagasse as referências à dominação, à exploração, colocando em invisibilização as barbáries escravagistas e outras violências. Esses e outros aspectos fazem Martins (2015) falar do “equivoco lusocêntrico” que atravessa essa comunidade, equivoco que se baseia na ilusão da centralidade portuguesa nessa comunidade, e a reconstrução permanente de narrativas do antigo império com nítidas intenções neocoloniais.

Poderíamos até imaginar que a invisibilização dessa comunidade no Brasil seria um tipo de exercício subliminar de resistência contra o violento processo de colonização, especialmente em relação a Portugal. Entretanto, essa ausência nos jornais brasileiros não parece ser resistência ou alguma revanche histórica, pelo contrário. As explicações para isso podem estar no fato de Portugal ter sido, por longos anos, um país periférico em seu continente, “atuando como correia de transmissão entre as colônias e os grandes centros de acumulação, sobretudo a Inglaterra a partir do século XVIII” (Santos, 1993, p. 44). Para esse autor, em 1808, com a fuga de Dom João VI para o Brasil, essa colônia se tornou a cabeça política e econômica do império português, sendo a metrópole europeia apenas apêndice do Brasil. Em razão dessa inversão, a elite nacional instalada em terras brasileiras tolerava Portugal porque aquele país era uma porta para acessar, econômica e simbolicamente, à Europa desenvolvida. O Brasil, mesmo colônia, era o lugar de morada da corte portuguesa e imaginou-se, assim, com algum protagonismo de uma metrópole que nunca foi.

Por isso, sugerimos que as questões que envolvem o Brasil e a comunidade dos países de língua portuguesa, que estão e não estão nos jornais, parecem de outra ordem, de uma ordem identitária em que o foco está na luta contra o reconhecimento de uma pertença a uma comunidade formada por ex-colônias, pobres e majoritariamente africanas. A produção reiterada de ausência da CPLP passa pela ação política de não associar o Brasil a um grupo de nações que é considerada sem importância geopolítica e econômica no cenário internacional, lógica ensinada na cartilha dos mercados globais, que define pobreza e riqueza e rejeita certos tipos de comunidade.

Sousa Santos (1994) lembra que a ruína da antiga comunidade diante da Era Moderna produziu um vazio social que o Estado tentou preencher, porém, sem jamais ter conseguido. O resultado desse fracasso é o conflito entre subjetividade individual e subjetividade

coletiva. Essa tensão aumentou a partir da supremacia do modelo liberal, do estímulo à iniciativa privada, do avanço capitalista, do mercado. Caminhou-se a passos largos ao triunfo do homem, do sucesso pessoal, do desligamento dos indivíduos dos seus laços nacionais, fazendo nascer um *indivíduo-mundo* e que tem o mundo ao alcance das mãos. Nesse sentido, “quem sai perdendo é o princípio da comunidade” Sousa Santos (1994, p. 34).

Para Hall (2013), no fundo, as nações jamais foram completamente autônomas e soberanas como quiseram propagar. Nelas estava o Capitalismo a atravessá-las para cumprir e defender os seus interesses, para circular livremente, sem quaisquer tipos de amarras. Ou seja, estaria na raiz da globalização a ação ostensiva de compreensão do mundo em que o capital, o comércio, o setor financeiro não via fronteiras. E, como vimos, essa trajetória tem bases históricas nas expansões imperiais em que o *Outro* é inumano que, com seu “comportamento se desvia abissalmente das normas da fé e do mercado. Tampouco é detentor de subjetividade estatal, pois que não conhece a ideia do Estado nem a de lei” (Sousa Santos, 1994, p. 35).

Com a progressão do Capitalismo, o *Outro*, na lógica desse sistema, deveria ficar confinado em *comunidades*, sinônimas de pobreza, fechamento, com regras e vínculos muito particulares. Esse local onde deve estar o primitivo é a oposição retórica à “comunidade global”, desenvolvida e imaginada nos interesses do poder econômico e financeiro, onde há a livre circulação do capital. Na globalização, o *Outro* será fabulado como “bandos, tribos, hordas, que não se coadunam, nem com a subjetividade estatal, nem com a subjetividade individual” (Sousa Santos, 1994, p. 35).

Dessa forma, sugerimos que a “comunidade” atravessa um regime de visibilização, inclusive no jornalismo, sob duas lógicas: uma festejada, a global, moderna, tecnológica, livre, que de tão grande e intensa sequer será percebida como comunidade, ou seja, a própria lógica global rejeita essa ideia porque pode implicar em limites, amarras, impedimentos; e uma comunidade que será sempre hostilizada e confinada, que tende a ser invisível, por reiterada ausência, ou por uma presença que a ridicularize, criminalize e que seja alvo de controle.

A proposta de *comunidade* das “elites globais” é de um “cosmopolitismo seletivo”, no falar de Bauman (2003). Ela celebra um estilo de vida estético e estará distante dos nacionais, daqueles

fixados por seus locais de nascimento. O que impera para essa elite que circula pelo mundo é o triunfo do indivíduo contra uma comunidade que, por sua vez, tem apelos primitivos, é atrasada, pobre, perigosa e representa a “filosofia dos fracos”, dos sem capacidade para vencer por seus méritos (Bauman, 2003, p. 56).

Não seria exagero sugerir que, na ótica do mundo global, o *Outro* é o que está localizado, preso à *comunidade*, sendo ela o reduto dessa *Diferença*, que recebe a carga de negatividade, de criminalização e de invisibilização. O que circula livremente *entre Nós* é o imaginado como global e moderno, caso contrário, será o primitivo, o comunitário, o perigoso que ameaça a economia e a cultura, o Outro a exigir de *Nós* reconhecimento e pertença identitárias. A CPLP, que pouco se faz memória no Brasil por meio dos jornais, ao que parece circula por esse ângulo, isto é, construída em um imaginário como o *Outro* que não reconhecemos, e que ao aproximar do *Nós* pode ser alvo de firme rejeição a partir da ênfase a sua *negra-atividade*.

Destacamos que, independentemente da dialética local/global, esse *Outro* se mantém. *Ele* é o entrave, o perigo. *Ele*, seus iguais e sua comunidade local e pobre. Esse *Outro*, como diz Milton Santos (2000, p. 30), seja “empresa, instituição ou indivíduo, aparece como um obstáculo à realização dos fins de cada um e deve ser removido, por isso sendo considerado uma coisa”. Essa condição revela o que esse autor chama de *globalização perversa*, que divide o mundo entre extremas riqueza e pobreza. Lembra-nos Santos (2000) que, nos últimos anos, com a “alta globalização”, a pobreza tornou-se estrutural e *natural* de um modelo de sociedade em que o medo e a violência são centrais, um processo que afeta todos.

Jamais houve na história um período em que o medo fosse tão generalizado e alcançasse todas as áreas da nossa vida: medo do desemprego, medo da fome, medo da violência, medo do outro. Tal medo se espalha e se aprofunda a partir de uma violência difusa, mas estrutural, típica do nosso tempo, cujo entendimento é indispensável para compreender, de maneira mais adequada, questões como a dívida social e a violência funcional, hoje tão presentes no cotidiano de todos. Vivemos num mundo de exclusões, agravadas pela desproteção social, apanágio do modelo neoliberal, que é também, criador de insegurança (Santos, 2000, p. 29).

A globalização produziu a nítida radicalização das violências identitárias, da visibilização, da criminalização e do apartamento do *Outro*, seja na comunidade desfigurada pela globalização,

seja nos grupos de apelo identitário, patriótico. Aqui, podemos perguntar sobre o envolvimento da mídia jornalística nesse cenário. Percebemos que em relação à lusofonia, à comunidade das nações de língua portuguesa no Brasil existe uma significativa ausência, o que sugere o não reconhecimento identitário. A CPLP parece abrigar as desqualificações do *Outro*, uma *Diferença* a ser combatida. *Ela*, seja os sujeitos, seja a comunidade têm o mesmo peso: serão fabulados visivelmente para ser controlados, criminalizados e culpados pelos males. Entretanto, o *Outro*, pobre e perigoso será invisível na medida em que se comporte, de forma resignada, como mão de obra barata, sem direitos, sem atrapalhar os interesses do capital; ou quando for o exótico que fica confinado onde está, em sua comunidade, sem ameaçar cruzar as fronteiras para a *civilização*.

5. A Lusofonia: O *Outro* no Brasil

Vimos que o número das notícias sobre a lusofonia nos jornais brasileiros é extremamente baixo, principalmente considerando-se os 20 anos da CPLP. Essa invisibilização construída tem relação direta com as histórias entrelaçadas dos países dessa comunidade, com os processos de exploração e constituição de seus povos, com as lógicas capitalistas globais e seus atores com poder de fala. Nesse sentido, apostamos que as raras notícias sobre a lusofonia podem ser pistas importantes que ajudam entender melhor a invisibilização dessa comunidade no Brasil.

Metodologicamente, Ginzburg (2007) nos convida a enxergar em uma “escala reduzida” os objetos que temos à disposição porque, por meio deles, podemos recontar o vivido, apresentando aspectos jamais pensados pela historiografia oficial, levando, inclusive, a pensar nas estruturas invisíveis que estão ali mesmo nos objetos. A proposta, vista em Ginzburg, é descobrir nos textos uma série de outras vozes que podem fazer falar para além da informação que está na notícia. Para esse autor, em todos os textos, inclusive nos considerados portadores de “verdades históricas”, existem zonas opacas que são como rastros (Ginzburg, 2007).

Aqui, tratamos os raros registros como *rastros* que permitem inferências para além dos textos nas notícias. Por exemplo, na edição da *Folha* de 14 de julho de 1996, três dias antes da institucionalização da CPLP, uma das notícias da página 6 foi: “FHC formaliza em Lisboa um novo bloco” (Figura 1).

Figura 1 – Recorte de parte da notícia na *Folha de S.Paulo*



Fonte: acervo da *Folha* (Brasil, 14/07/1996, p. 6).

Um primeiro aspecto a ser destacado é a utilização da expressão “FHC formaliza” como ação ativa do Brasil. No entanto, o país foi apenas um entre os sete que assinaram, de forma conjunta, a formação da comunidade. Outro aspecto é de que o jornal chama a CPLP de “bloco”, termo utilizado mais para definir um ajuntamento de países movidos por interesses econômicos, o que não é o caso. Na prática, nem FHC e muito menos o Brasil formalizou a CPLP, apenas participou como membro igual aos demais, tanto quanto Angola, Moçambique, Cabo Verde, Portugal, por exemplo, e com o mesmo peso. Entretanto, a notícia em questão deixa claro qual deve ser a exigência do Brasil para FHC formalizar o bloco: “buscar apoios para a candidatura do Brasil a uma cadeira permanente no Conselho de

Segurança das Nações Unidas”. Na sequência, o jornal justifica: “Contar com o voto de cinco países africanos de língua portuguesa é sempre um ativo importante para a diplomacia brasileira, por *pobres e fracos que sejam*” (grifos nossos). Ou seja, é apresentada a nossa condição de protagonista na CPLP, aquele que formaliza o bloco e que espera, em troca da participação nessa comunidade “pobre e fraca”, os votos desses países para uma cadeira no Conselho de Segurança da ONU.

Também antes da criação da CPLP existe um registro que é exemplar. O então presidente Fernando Henrique viajou até Lisboa onde seria oficializada a criação da CPLP. Um dia antes, FHC concedeu entrevista ao jornal português *Diário de Notícias*. No dia seguinte, a *Folha de S.Paulo* e *O Globo* reportam tal entrevista (Figura 2). Nela, o presidente afirma que o “brasileiro pensa como caipira”, que é “isolacionista” e “rejeita à globalização”. Ao dizer que morou muitos anos fora do Brasil, o presidente justifica que os brasileiros são caipiras porque “desconhecem o outro lado, e quando conhecem, encantam-se”. O presidente afaga a antiga metrópole, o lugar que “encanta” e, na explicação para o “caipira, provinciano, isolacionista” dos brasileiros, o sociólogo e professor recorre as identidades ao afirmar que, “sem dúvida nenhuma, a variante da mentalidade crioula (*sic*)” é responsável por nosso atraso civilizacional.

Figura 2 – Recorte de parte da notícia em *O Globo*



Fonte: acervo de *O Globo* (*O País*, 16/07/1996, p. 3).

Esse recorte é bastante sintomático para compreender os motivos da construção da invisibilização que essa comunidade teria pelos 20 anos seguintes no Brasil. O presidente da maior nação de língua portuguesa, nas vésperas da criação da CPLP, entidade composta por maioria de países africanos, afirma com destaque nos jornais que o brasileiro é atrasado, que rejeita à globalização, por conta da “mentalidade crioula”. Esse registro revela a presença incômoda do *Outro*, negro, pobre, africano que está *entre Nós* e nos constitui, e que impede o país de estar “do outro lado”, inserido no mundo global e “encantado”. Além desse *Outro* interno (caipira e de mentalidade “criolla”) que a imprensa revela por meio de Fernando Henrique, o Brasil estaria diante do próprio *Outro*, por conta de sua configuração racial, identitária e majoritariamente “criolla”. Essa lógica apresentada pelo presidente, fonte primária no jornalismo, alinha-se à política editorial dos dois jornais pesquisados que, ou deixam de registrar a CPLP, ou quando a noticiam fazem questão de acentuar a falta de importância em razão de ser uma comunidade marcadamente africana, com países pobres, de dirigentes corruptos e regimes ditatoriais.

Em 13 de abril de 1999, a *Folha de S.Paulo (Brasil, p. 6)* tratou da ida do presidente FHC a Lisboa. Narrou o jornal que a “visita a Portugal seria mais de compadrio, dado o relacionamento histórico entre os dois países”. Em seguida, o jornal explica: “A CPLP, que reúne, além de Brasil e Portugal, as antigas colônias africanas de Portugal (...)”. Apenas os países africanos foram colônias portuguesas? O jornal *esquece* que o Brasil foi colônia portuguesa, mas *lembra* o “compadrio” e o “relacionamento histórico” com Portugal. Em 18 de julho de 2000, a *Folha (Brasil, p. 7)* traz uma notícia onde informa que o presidente Fernando Henrique “perdoa dívida de Moçambique”. Esse ato foi anunciado em reunião da CPLP. A narrativa desse registro é do Brasil como ente superior em relação aos países africanos, sendo o presidente brasileiro uma espécie de líder a determinar o presente e o futuro das nações “pobres” na África. Informa o jornal que:

FHC incorporou o papel de líder do bloco formado por sete países. (...) De uma só vez, FHC mandou recados para dissidentes políticos de Angola, cobrou união do grupo para enfrentar os efeitos da globalização, estabeleceu prioridades para o desenvolvimento comum, distribuiu verbas para treinamento de pessoal e disponibilizou tecnologia (...) O discurso do presidente foi voltado principalmente para os “*primos pobres*” africanos” (*Folha de S.Paulo, Brasil, 18/07/2000, p. 7, [grifos nossos]*).

No jornal *O Globo* de 26 de julho de 2004 (*O País*, p. 8), o presidente Lula, que em sua administração esteve mais voltada às nações africanas em relação ao Governo Fernando Henrique, fala sobre a CPLP e afirma que essa entidade é uma “mostra do quanto Portugal e Brasil podem realizar juntos. Afinal, não nos faltam o que poderiam chamar de vantagens comparativas – a língua, a cultura, a afinidade natural”. Mesmo dando atenção aos países africanos, a fala recortada do presidente Lula destaca a posição de alguma superioridade do Brasil e de Portugal em relação às nações da África e ao Timor Leste. Assim, faz sentido as críticas de pensadores portugueses de que a CPLP reencena uma ação neocolonial, mas agora com participação do Brasil nessa tarefa.

Tanto a *Folha* quanto *O Globo* chegam a reconhecer que temos um parentesco histórico e identitário com a África, porque isso, de fato, é incontornável nas nossas relações constitutivas de “povo brasileiro”. Entretanto, essa lembrança surge tão somente para fixar os africanos como os distantes e incômodos *Outros*, os “primos pobres” (Figura 3), o Nós, seus “primos ricos”.

Figura 3 – Recorte de parte da notícia em *O Globo*



Fonte: acervo de *O Globo* (*O País*, 26/07/2004, p. 8).

A *Folha* de S.Paulo, em 15 de julho de 1997 (Figura 4), traz um registro quando a CPLP *comemora* o seu primeiro ano de criação. O jornal informa que os africanos de língua portuguesa querem que o

Brasil estenda a eles o mesmo direito de livre circulação que é concedido aos portugueses, sem necessidade de visto nos consulados. Qual a surpresa aqui? Ou em comunidade não existe um livre circular entre membros? A *Folha* diz que o Brasil vai negar esse direito, alegando o *perigo* do tráfico de drogas. Nem no Brasil e nem em Portugal, o “perigo” – tráfico de drogas – está somente entre os africanos. Esse registro, ainda que fazendo menção à CPLP, foi publicado na página com as ocorrências policiais, e isso não foi um acaso, afinal trata-se de um caso de polícia. Temos aqui um modo de visibilização para o controle e a disciplina, uma seleção de medo-rejeição identitário do *Outro*, do africano, do pobre, do perigoso, do “traficante”.

Figura 4 – Recorte de parte da notícia na *Folha de S.Paulo*



Fonte: acervo da *Folha (Cotidiano)*, 15/07/1997, p. 4).

De maneira geral, as raras notícias nos jornais dizem de uma comunidade sem expressão econômica e política. Os rastros das notícias sobre a CPLP nos dois jornais revelam dois aspectos importantes: o primeiro é uma postura de indícios neocoloniais em relação aos países africanos. Portugal e Brasil são identificados como “senhores” dos destinos dos africanos, sempre nomeados como pobres, corruptos e entregues às ditaduras. Em 81,9% dos registros na *Folha de S.Paulo* e em 79,3% das notícias em *O Globo* emergem indicações de superioridade política e econômica brasileira em relação aos países africanos e ao Timor Leste.

O segundo aspecto é a insistente relação de troca externada pelo governo brasileiro de ajuda econômica e social aos países africanos por votos no Brasil, para que esse país tenha uma cadeira permanente no Conselho de Segurança da ONU. Por exemplo, essa é uma ancoragem que está presente em 89,2% de todos os poucos registros.

Aqui os *media* parecem ter um papel importante como propagadores influentes da lógica identitária contemporânea. Alinhados aos princípios do capital internacional, da ampla defesa do patrimônio, eles mobilizam suas agendas aos interesses globais e reforçam a fabulação sobre os *Outros*. Dessa forma, não podemos desconsiderar a importância do *lugar de fala*, nesse caso, do *lugar de silenciamento* sobre a lusofonia e a CPLP. A *Folha de S.Paulo* e *O Globo* são empresas capitalistas que usam de uma retórica de porta-vozes dos “interesses da nação”, mas adotam um “discurso-para-o-mercado como estratégia empresarial e editorial” (Arbex Junior, 2001, p. 141). Ou seja, esses jornais não são meros “meios”, canais neutros, mas “agentes políticos plenos e, com a força de sua influência, reorganizaram todo o jogo político” (Miguel, 2002, p. 180). Em resumo, o jornalismo dispara as condições de inteligibilidade para que estabeleçamos relações com a *Diferença* que, em alguns casos pode ser até desejada e copiada, aquelas que identificamos como superiores e evoluídas, localizadas nos países mais ricos. Todavia, na maioria das vezes, o *Outro* construído tem sua visibilização acentuada para ser invisibilizado, rejeitado, afastado e excluído.

A ausência da comunidade lusófona, observada na *Folha de S.Paulo* e *O Globo* nos 20 anos da CPLP indica o quanto ela pode ter sido engolida pela lógica geoeconômica da globalização. A crença do mundo único, moderno, amarrado pela tecnologia aparece com tamanha força que sequer parece produzir algum tipo de resistência local mais visível que busque enxergar as tantas pertenças comunitárias lusófonas. Acentuar os vínculos históricos, identitários e constitutivos do Brasil com Portugal, com os países africanos de língua portuguesa, dando a ver uma comunidade majoritariamente negra e pobre implica, na lógica política e econômica dos grandes *medias*, da *Folha de S.Paulo* e *O Globo*, associar-se ao retrocesso, caminho oposto aos mercados modernos.

Ressaltamos ainda um aspecto importante: no mundo globalizado, o *Outro* descapitalizado tem a importância de confirmar o seu inverso, o capital e a suposta superioridade das elites. O valor da *Diferença* se resume em gerar a riqueza dos mais ricos. Além

disso, o *Outro*, o estranho, o que habita em “comunidades” exerce alguma fascinação que também é mercantilizada enquanto etnia e alteridade (Hall, 2006). Não é sem propósito que a lógica global mantém tipos identitários intocados em locais distantes, confinados, alvos de um contato que deve ser apenas lá, onde a *Diferença* não ameaça, onde fica controlada, tutelada e cumpre o papel de *coisa exótica* e turística.

Essas relações com o *Outro* também emergem nas poucas notícias sobre a CPLP nos dois jornais, de forma especial, quando o governo brasileiro age como *senhor dos destinos* dos países africanos, perdendo supostas dívidas, ensinando tecnologias, orientando sobre os caminhos do desenvolvimento, mas com a contrapartida de votar no Brasil para o Conselho Permanente de Segurança da ONU. Nesse caso, e somente por isso, esse *Outro* tem algum valor. Por outro ângulo, os raros registros sobre a CPLP tratam de um Portugal distante e turístico às elites, uma espécie de parceiro econômico frio e que tem um idioma parecido. No entanto, na *Folha* e em *O Globo* o foco sobre a *Diferença* nessa comunidade, o *Outro* a ser rejeitado está nos países africanos, onde o falar parecido e as histórias que nos constituem enquanto povo não aparecem. Ou seja, como as nações africanas são a grande maioria na CPLP, essa comunidade assume a própria condição do *Outro* a ser invisibilizado, combatido e rejeitado.

Acreditamos que o conjunto de vestígios que encontramos diz de modos de invisibilização promovidos pelo jornalismo, especificamente pela *Folha de S.Paulo* e *O Globo* nos 20 anos dessa comunidade no Brasil. Os *Outros* estão visíveis e invisíveis no mesmo gesto. A *Diferença* está dentro da CPLP e ela é o próprio *Outro* segundo o modelo de mundo globalizado que não a enxerga relevante na órbita do mercado, ao contrário, é vista como uma comunidade que reúne nações de populações negras, pobres e incômodas aos interesses do capital.

6. Conclusão

A trajetória que percorremos nos permite indiciar que a invisibilização da lusofonia na *Folha de S.Paulo* e *O Globo* nas duas décadas da CPLP tem, por base, uma opção política que busca ignorar as relações de pertença *entre Nós*, povos constituídos pelo entrelaçamento dos trânsitos entre África, América, Europa e

Ásia. É preciso destacar que essa ausência da comunidade passa pela conformação histórica, identitária, ideológica das empresas que editam esses jornais. Sua filiação à inteligibilidade do mundo promovida pela lógica da livre circulação do capital, do lucro, do mundo mobilizado tecnologicamente para ser visto como único, apresentam reflexos diretos na seleção do que será visível e invisível no jornalismo, de como deve ser e como não deve ser o mundo sob essa perspectiva do capital.

Nessas condições, a invisibilização de uma comunidade pobre e distante das lógicas mais poderosas da globalização não é, de fato, surpresa ao constatarmos a construção do *invisível por ausência* nos jornais. Aqui, podemos falar de uma *não comunidade*. Apesar de estarmos no maior país de língua portuguesa e do seu povo ser constituído pelas relações históricas e identitárias entre Angola, Cabo Verde, Guiné Bissau, Guiné Equatorial, Moçambique, São Tomé e Príncipe, Timor Leste e Portugal, essa invisibilização por ausência não permite nosso reconhecimento como parte dessa comunidade. Ocorre que esse silenciamento acerca da CPLP não é pontual, constituindo-se em uma recorrente série histórica.

Ao avançar na pesquisa, os *rastros* que fizemos emergir nos ajudam a compreender além dessa ausência. Os poucos registros revelam uma *invisibilização por presença* que conforma a comunidade majoritariamente negra, pobre, perigosa, da qual o Brasil deve agir à distância, trocando o “perdão das dívidas” por votos em uma cadeira permanente no Conselho de Segurança da ONU. A coletânea de rastros denuncia o reforço de parâmetros eurocêntricos a fixar pontes que parecem ser intransponíveis *entre Nós*. O invisível materializado nas notícias configura um Brasil que tenta desatar os fios de pertença com os povos da África, povos que nos constituem como somos. Na medida em que jornais agem para não reconhecer os povos da CPLP, empenham-se em uma luta para impedir que o Brasil se enxergue de outros modos, transformando muito de *Nós* em seus *Outros*. Ou seja, a associação permanente entre comunidade, raça negra, pobreza, miséria, doença, corrupção e ditadura cumpre o objetivo identitário de assegurar que esse *Outro* não sou *Eu*, que não pertence a *Nós*. A ausência da CPLP nos jornais talvez cumpra o objetivo de manter a *Diferença* invisível para que *Ela* não *Nos* revele como sua semelhança racial, étnica, linguística, cultural, identitária e histórica.

NOTAS

- 1 Os dados fazem parte de levantamento feito por pesquisa de doutorado em andamento e cujas análises parciais vêm sendo divulgadas em artigos apresentados em eventos e outras publicações.
- 2 As “sete partidas” são os países que assinaram a primeira composição da CPLP, em 1996: Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné Bissau, Moçambique, Portugal e São Tomé e Príncipe.

REFERÊNCIAS

- Anderson, B. (2005). *Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e a expansão do nacionalismo*. Lisboa: Edições 70.
- Arbex Jr, J. (2002). *Showrjornalismo: a notícia como espetáculo*. São Paulo: Casa Amarela.
- Bauman, Z. (2005). *Comunidade: a busca por segurança no mundo atual*. Rio de Janeiro: Zahar.
- Bauman, Z. (2005). *Identidade*. Rio de Janeiro: Zahar.
- Bhabha, H. (1998). *O Local da Cultura*. Belo Horizonte: Editora UFMG.
- Chauí, M. (2013). *Brasil: Mito fundador e sociedade autoritária*. São Paulo: Editora Perseu Abramo.
- Dionízio, P.M. (2013). Entre mundos: um encontro com o outro na tessitura da narrativa jornalística. *E-compós*, v.16, n.1, jan./abr. Brasília. Recuperado de <http://compos.org.br/seer/index.php/e-compos/article/viewFile/877/656>.
- Faoro, R. (1979). *Os Donos do Poder: formação do patronato político brasileiro*. 5ª edição. Porto Alegre: Editora Globo.
- Giddens, A. (2003). *Modernidade e Identidade*. Rio de Janeiro: Zahar.
- Ginzburg, C. (2007). *O fio e os rastros: verdadeiro, falso, fictício*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Hall, S. (2006). *A identidade cultural na pós-modernidade*. 11ª ed. Rio

de Janeiro: DP&A.

Hall, S. (2013). *Da diáspora: identidades e mediações culturais*. 2ª ed. Belo Horizonte: Editora UFMG.

Hobsbawm, E. (1990). *Nações e nacionalismos desde 1780: programa, mito e realidade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

Lago, C. (2010). Ensinaamentos antropológicos: a possibilidade de apreensão do Outro no jornalismo. *Brazilian Journalism Research*, 6(1), 164-178. Brasília: SBPJor. Recuperado de <https://bjr.sbpjor.org.br/bjr/article/view/253>.

Lourenço, E. (2001). *A nau de Ícaro e a imagem e miragem da lusofonia*. São Paulo: Companhia das Letras.

Martins, M. L. (Org.) (2015). *Lusofonia e Interculturalidade: promessa e travessia*. Famicão: Húmus.

Miguel, L. F. (2002). Os meios de comunicação e a prática política. *Lua Nova Revista de Cultura e Política*, 55 e 56, 155-184. São Paulo. doi: <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-64452002000100007>

Mouillaud, M. (1997). *O Jornal: da forma ao sentido*. Brasília: Editora UnB.

Renan, E. (2006). O que é uma nação? 1882. *Revista Aulas: Unicamp*, p.21. Recuperado de <http://www.unicamp.br/~aulas/VOLUME01/ernest.pdf>.

Said, E. (2011). *Cultura e Imperialismo*. São Paulo: Companhia das Letras.

Santos, M. (2000). *Por uma outra Globalização: do pensamento único à consciência universal*, (2ªEd). Rio de Janeiro: Record.

Sodré, M. (1999). *Claros e Escuros: identidade, povo e mídia no Brasil*. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes.

Sousa Santos, B. de. (1994). Modernidade, identidade e a cultura de fronteira. *Tempo Social; Rev. Sociol. USP*, S. Paulo, 5,31-52. Recuperado de <https://estudogeral.sib.uc.pt/handle/10316/11597>.

Xavier, I. (2006). Prefácio. In: Stam,R. & Shohat, E. *Crítica da Imagem Eurocêntrica*. SP: Cosac Naify.

Zamin, A. (2014). Jornalismo de referência: o conceito por trás da expressão/Reference journalism: the concept behind the expression. *Revista Famecos*, 21(3), 918. doi: <http://dx.doi.org/10.15448/1980-3729.2014.3.16716>

José Cristian Góes. Doutorando em Comunicação na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), jornalista e mestre em Comunicação pela Universidade Federal de Sergipe (UFS). Realizou doutoramento sanduíche na Universidade do Minho/Braga-Portugal, com apoio da Capes.

E-mail: cristiangoes_brasil@yahoo.com.br.

Elton Antunes. Professor do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), doutor em Comunicação pela Universidade Federal da Bahia (UFBA) e mestre em Sociologia pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

E-mail: eltunes@uol.com.br.

RECEBIDO EM: 29/04/2017 | ACEITO EM: 22/07/2017